



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua Helvídio Menezes, Nº 350 - Bairro Novo Horizonte - CEP 37925-000 - Piumhi - MG - www.tjmg.jus.br

## **ANEXO**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

(consideradas alterações legislativas até a presente data)

#### **DIREITO CIVIL**

1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.
2. Das Pessoas. Das Pessoas Naturais. Das Pessoas Jurídicas. Do Domicílio. Da desconsideração da personalidade jurídica.
3. Dos bens.
4. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. Da prova.
5. Da responsabilidade civil.
6. Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Das servidões.
7. Do Direito de Família. Do direito pessoal. Do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Da tutela e da curatela.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Princípios gerais do direito processual civil.
2. Direito Processual Constitucional e Direito Processual Coletivo. Mandado de segurança.
3. Jurisdição e ação. Conceito, natureza e características. Condição da ação. Competência. Conflitos de competência.
4. Processo. Procedimento. Sujeitos, objeto e pressupostos da relação jurídica processual. Da formação, suspensão e extinção do processo.
5. Do Poder Judiciário e órgãos jurisdicionais. Do juiz. Serviços auxiliares da Justiça.
6. Do Ministério Público. Das partes em geral. Dos advogados e procuradores.
7. Litisconsórcio e assistência.
8. Intervenção de Terceiros. Oposição. Nomeação a autoria. Chamamento ao processo.

9. Atos processuais, forma e vícios, tempo e lugar. Formalismo e instrumentalidade das formas. Convalidação do ato processual. Prazos no processo, contagem e preclusão. Incidentes processuais.
10. Petição Inicial: requisitos e vícios, indeferimento e emenda. Pedido: conceito, espécies, interpretação e alteração. Cumulação de pedidos. Antecipação de tutela definitiva. Julgamento de ações repetitivas.
11. Resposta do réu: defesa direta e defesa indireta. Contestação. Exceções processuais. Reconvenção. Revelia. Julgamento conforme o estado do processo.
12. Das audiências. Das provas. Ônus da prova. Incidentes. O Juiz e a prova.
13. Da sentença e da coisa julgada. Tutelas específicas. Do cumprimento da sentença.
14. Das ações possessórias. Da ação de usucapião em terras particulares. Ação de alimentos e alimentos gravídicos.
15. Assistência judiciária. Juizados Especiais Cíveis. Alienação fiduciária. Decreto nº911, de 1º de outubro de 1969.

## **JUIZADO ESPECIAL – Lei nº 9.099/95**

### **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. Natureza e fontes das regras de consumo. A relação de consumo e suas características.
2. Integrantes e objeto da relação de consumo. Objetivos e princípios da política nacional das relações de consumo.
3. Os direitos básicos do consumidor: Interpretação das regras de consumo.
4. Da qualidade que os produtos e serviços devem ter. Da responsabilidade dos agentes que figuram nas relações de consumo.
5. Espécies de responsabilidade previstas na lei de consumo.
6. Da prescrição e da decadência nas ações atinentes a matérias de consumo.
7. Da desconsideração da personalidade jurídica das empresas. Das práticas comerciais. Da oferta e da publicidade. As práticas abusivas e seus efeitos.
8. Da proteção contratual em matéria de consumo. Princípios que regem a matéria. Os contratos de adesão. Das cláusulas abusivas. Espécies e efeitos jurídicos.
9. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.
10. Responsabilidade civil. Responsabilidade contratual e extracontratual. Dano patrimonial e moral. Da cobrança de dívidas e dos bancos de dados e cadastros.

### **DIREITO PENAL**

1. Conceito de Direito Penal.
2. Da aplicação da lei penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas.
3. Parte Geral do Código Penal. Das penas. Das mediads de segurança.
4. Parte Geral do Código Penal. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.
5. Dos crimes contra a pessoa.
6. Dos crimes contra o patrimônio.
7. Crimes definidos na Lei nº11.343, de 23 de agosto de 2003.
8. Crimes definidos na Lei nº10.826, de 22 de dezembro de 2003.
9. Crimes hediondos (Lei nº8.072, de 25 de julho de 1990).
10. Crimes de trânsito (Lei n 9.053 de 23 de setembro de 1997).
11. Crimes contra a violência doméstica e familiar (Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006).

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Do processo penal em geral. Princípios e fontes do processo penal.
2. Disposições preliminares. Do inquérito policial. Da ação penal. Da ação civil
3. Da competência. Das questões e processos incidentes. Da prova.
4. Do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça.
5. Da prisão e da liberdade provisória.
6. Das citações e intimações.
7. Da sentença.
8. Dos processos em espécie.
9. Entorpecentes (Lei nº11.343, de 23 de agosto de 2003). Violência doméstica (Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006).
10. Da prisão, das medidas cautelares, da liberdade provisória (Lei nº12.403, de 4 de maio de 2011).
11. Juizados Especiais Criminais (Lei nº9.009, de 26 de setembro de 1995).

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Constituição, conceito, objeto, elementos e classificações. Princípios fundamentais.
2. Poder constituinte originário e derivado. Características. Emenda: reforma e revisão da Constituição.

3. Supremacia da Constituição. Normas constitucionais. Interpretação, princípios, eficácia, Controle de constitucionalidade.

4. Dos direitos e garantias fundamentais. Tutela dos direitos e deveres individuais, difusos e coletivos.

5. A tutela constitucional das liberdades. Mandado de Segurança. Noções Gerais.

6. Da organização do Estado Federal. Da separação do Poderes. Da União, Estados, Municípios e Territórios. Da administração pública.

7. Da organização dos Poderes. Do poder Legislativo. Executivo e Judiciário: estruturas composições, atribuições e competências.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. A Administração Pública. Atos administrativos próprios e impróprios das funções legislativas, executivas e judiciárias.

2. Organização da Administração Pública. Estrutura administrativa do estado. Administração direta e indireta. Regime jurídico da administração indireta. Prerrogativas e sujeições. Desconcentração e descentralização. Pessoas de Direito Público e de Direito Privado.

3. Atos administrativos. Atividades administrativa. Processo administrativo. Convalidação, efeitos. Extinção dos atos administrativos. Discricionariedade e legalidade. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Validade, eficácia, aperfeiçoamento, efeitos e extinção dos atos administrativos. Prescrição administrativa.

4. Poder de polícia. Noções gerais.

5. Licitações e contratos administrativos (Lei 8.666, de 21.06.1993). Noções gerais.

6. Agentes públicos: classificação e espécies de vínculos com o Estado. Sistema de remuneração. Vencimentos e subsídios. Vedações, Fixação, alteração e limites. Regime constitucional do servidor público. Direito de greve. Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e criminal).

7- Bens públicos. Definição e classificação. Bens de domínio público e bens dominicais. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso do bem público por particular. Bens públicos em espécie.

**CÉSAR RODRIGO IOTTI**  
JUIZ DE DIRETO DIRETOR DO FORO  
Em substituição



Documento assinado eletronicamente por **César Rodrigo Iotti, Juiz(a) Diretor(a) do Foro**, em 12/01/2023, às 14:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **12141360** e o código CRC **2B52E5E8**.